

Tendências Contemporâneas

Mais do mesmo? Ou há outras possibilidades?

Marta Zorzal e Silva¹

Resumo: No presente artigo, examino o modo como o atual padrão sócio-técnico organizativo pode oportunizar novas formas de interação entre o global e o local, no sentido de um maior protagonismo deste último. À luz de Castells (2003) e Santos (2001, 2002, 2006), vislumbram-se possibilidades de emergência de novas estruturas sociais, seja através do *informacionalismo* da “sociedade em rede” ou de *processos de globalização contra-hegemônicos*. Em ambas as perspectivas — que julgo complementares —, considera-se a ocorrência de profundas mudanças nos padrões institucionais e no sistema de relações socioculturais vigentes, de modo a possibilitar o surgimento de redes de solidariedade mais equitativas entre Norte e Sul. Concluo com o estudo de caso de um processo de modernização contra-hegemônico ocorrido no município capixaba de Colatina. Por meio dele, proponho a reflexão sobre um tipo de inserção alternativa do local no global, na qual o ousar, o projetar e o inovar engendrados pelos *sujeitos dos processos sociais* podem ser capazes de transformar a trajetória excludente do processo de desenvolvimento socioeconômico em curso, a fim de conduzir a alternativas incluídas e emancipatórias.

Palavras-chave: Global/local. Sociedade em Rede. Globalização contra-hegemônica. Espírito Santo.

Abstract: In this article, I examine how the current standard socio-technical organization can create opportunities of new forms of interaction between global and local, towards a greater role of the last one. According to Castells (2003) and Santos (2001, 2002, 2006), chances of emergence of new social structures are glimpsed, either through the informationalism the “society in network” or processes of counter-hegemonic globalization. In both perspectives - which ones I think they are complementary - it is considered the occurrence of profound changes in institutional patterns and in the current socio-cultural system's relations in order to allow the emergence of solidarity's networks more equitable between north and south of planet. I conclude with a *study of case* about a counter-hegemonic process of modernization occurred in Colatina, in the State of Espírito Santo. I propose a reflection about a type of alternative insert of the local in the global, in which to daring, to projecting and to innovating engendered by the *subjects of social processes* can be able to transforming the exclusion trajectory of the socioeconomic process in course, in order to lead to inclusive and emancipatory alternatives.

Keywords: Global / local. Society in network. Counter-hegemonic globalization. Espírito Santo.

¹ *Doutora em Ciência Política* pela FFLCH-USP. *Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais* da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Introdução

A trajetória das interações e conexões locais / globais do desenvolvimento do estado do Espírito Santo (ES) evidencia a forma como o espaço delimitado por esta unidade federativa veio sendo moldado pelos influxos mais gerais do próprio desenvolvimento tardio do capitalismo no Brasil. As especificidades locais são marcadas pela forma como, desde o século XVI até as últimas décadas do século XX, o estado foi inserido de forma subalterna nas conexões dominantes do processo de desenvolvimento brasileiro. Ou seja, como estado da região sudeste, com posição privilegiada na geografia da região para acesso aos mercados nacionais e internacionais, ele não se constituiu como lócus privilegiado para os investimentos privados e públicos dos diversos ciclos pretéritos de desenvolvimento da economia brasileira. Com isso, as mudanças derivadas da generalização das relações de produção capitalista, ocorridas no Brasil, *não se fizeram presentes* na mesma intensidade ou no mesmo ritmo com que este mesmo processo se verificou nos demais estados da região sudeste — São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Tanto na fase do padrão sócio-técnico que organizou as relações sociais de produção e de dominação que predominou durante o período da economia primário-exportadora, como no período pós Segunda Guerra Mundial, em que o Brasil aprofundou sua rota de desenvolvimento capitalista inserindo-se no padrão técnico organizativo da chamada segunda Revolução Industrial, o espaço local do ES, permaneceu à margem das transformações dinâmicas resultantes desse processo. Ou melhor, foi sendo inserido muito marginalmente de forma subalterna.

Mais recentemente, a partir do final da década de 1960, o ES foi inserido na dinâmica dos processos de globalização, cujas interações transnacionais vêm se intensificando de forma contundente desde então. Com isso, a dinâmica da economia e da sociedade capixaba deixou de estar circunscrita apenas aos impulsos regionais / locais, passando também a ser impulsionada pelos circuitos internacionalizados da economia mundial, sobretudo, a partir das iniciativas da

Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)² e da correlação de forças sociopolíticas que assumiu o poder político estadual a partir de 1964 (ZORZAL E SILVA, 2004, 2010).

Como resultante, o processo de reconfiguração do desenvolvimento estadual esteve marcado por descompassos entre mudanças na dinâmica social e política e aquelas que se efeturaram na esfera econômica. Além disso, os dados do intenso processo de urbanização, ocorrido a partir dos anos de 1970, evidenciam a magnitude das transformações sucedidas. De acordo com dados do IBGE (2010) o referido processo de mudanças conduziria a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) a apresentar, no limiar do século XXI, um perfil que ostenta elevados níveis de concentração populacional, renda, produção e consumo. A expressão dessa concentração pode ser visualizada pelos indicadores populacionais. Se em 1970 o ES tinha um contingente populacional da ordem de 1.599.324 habitantes, dos quais 418.273 (26% do total) estavam nos municípios da RMGV, em 2010 o número de habitantes subiu para 3.514.952, sendo que destes, 1.689.714 estavam na RMGV, o que representa 48% do total. Ou seja, quase a metade da população do estado está residindo na RMGV. Além disso, os dados do censo de 2010 revelam que a maior parte da população residente no ES é urbana 83,4%, enquanto que apenas 16,6% residem no meio rural.

As razões dessa trajetória e os limites dela derivados, tanto no âmbito econômico como social e político, têm sido objeto de diversos estudos que de ângulos distintos têm tomado o caso do Espírito Santo como objeto de reflexão nas últimas décadas (ZORZAL E SILVA, 1995, 2004, 2010; BITTENCOURT, 1987, 2006; PEREIRA, 1998; ROCHA, 1998). Não pretendo aqui retomar os principais traços desse percurso e seus efeitos em termos das tendências estruturais fortemente arraigadas, sobretudo na forma como os elos da conexão *global > local* — isto é, no que concerne aos vínculos dominantes do global sobre o local

² A CVRD, desde os anos 1960, veio executando uma arrojada estratégia de investimentos em logística de transportes e siderurgia na região do Vale do Rio Doce (MG e ES), com vistas a ganhar competitividade no mercado transoceânico de minério de ferro, o que acabou por sobrepor-se e modelar os rumos da economia capixaba (ZORZAL E SILVA, 2004).

—, impõem como constrangimentos de várias ordens ao desenvolvimento local, no sentido de possibilidades de romper as amarras que o colocam no lugar de subalterno e marginal. Desse ponto de vista, a magnitude e o peso dos fatores constitutivos dessa tendência e seu legado, abordados de forma precisa por André Pereira (2011) nos mostra os fatores causais desse processo e suas consequências para a sociedade local, ao mesmo tempo em que nos deixa meio que imobilizados, dada a força dos fatores estruturantes derivados das conexões globais. Dessa perspectiva, não há muito que fazer, a não ser sofrer as consequências.

De forma especulativa, pretendo argumentar que o padrão sócio-técnico organizativo — que atualmente, nos marcos da chamada “terceira revolução industrial” ou da “sociedade pós-moderna”, vem *moldando o desenvolvimento contemporâneo* —, coloca a nosso alcance algumas janelas de oportunidades que, se não permitem modificarem substancialmente a rota das conexões dominantes na direção *global > local*, introduz mecanismos e formas que podem, *se potencializados*, viabilizar interações e conexões na direção *local > global* — via maior empoderamento dos atores locais e, portanto, conquista de maior margem de manobra nas articulações com atores globais. Tais interações poderão produzir efeitos mais incluídos e, portanto, criar maior possibilidade de redução da condição de espaço marginal e subalterno no cenário do desenvolvimento capitalista brasileiro atual.

Para tanto, inspiro-me nas análises de Manuel Castells (2003) e na obra de Boaventura de Sousa Santos (2001, 2002, 2006). Para dar conta dessa empreitada, minha exposição está organizada em quatro tópicos, incluindo esta introdução. O segundo tópico sintetiza em grandes linhas os argumentos de Castells e de Santos. O terceiro busca, à luz das teorias propostas por estes autores, refletir sobre potencialidades contidas na sociedade local capixaba que, apesar da marginalização causada pelos fluxos hegemônicos do capitalismo, possibilitaram que determinados grupos sociais renascessem das cinzas, como fênix. O quarto apresenta algumas considerações finais.

1. Breve síntese dos aportes de Manuel Castells e Boaventura de Sousa Santos

Manuel Castells, ao tomar como eixo a *natureza* das grandes mudanças e os vários acontecimentos de importância histórica que, a partir do final do *século XX*, transformaram o cenário social da vida humana, destaca o caráter de perplexidade em face da dimensão e a abrangência da transformação histórica em curso. Em suas palavras:

(...) a cultura e o pensamento de nossos tempos freqüentemente adotam um novo milenarismo. Profetas da tecnologia pregam a nova era, extrapolando para a organização e as tendências sociais, a mal compreendida lógica dos computadores e do DNA. A teoria e a cultura pós-modernas celebram o fim da história e, de certa forma, o fim da razão, renunciando a nossa capacidade de entender e encontrar sentido até no que não tem sentido. A suposição implícita é a aceitação da total individualização do comportamento e *da impotência da sociedade ante seu destino* (2003, p. 42. Grifos meus).

Discordando das posturas niilistas, de ceticismo social e de descrença política, Castells afirma que acredita

(...) na racionalidade e na possibilidade de recorrer à razão sem idolatrar sua deusa; (...) nas oportunidades de ação social significativa e de política transformadora, sem necessariamente derivar para as corredoiras fatais de utopias absolutas; (...) no poder libertador da identidade sem aceitar a necessidade de sua individualização ou de sua captura pelo fundamentalismo, (...) e que, analisar e teorizar é um modo de construir um mundo diferente e melhor (p. 42).

Embora afirme também não oferecer respostas às questões do nosso tempo, se propõe a contribuir com o esforço analítico coletivo. Para tanto, sublinha que é necessário levar a sério a tecnologia. Ou seja, destaca que é preciso

(...) localizar o processo de transformação tecnológica revolucionária no contexto social em que ele ocorre e pelo qual está sendo moldado; e que

devemos nos lembrar de que a busca de identidade é tão poderosa quanto a transformação econômica e tecnológica no registro da nova história (p.42).

Centrando sua análise nos determinantes desses dois processos — mudanças tecnológicas e processos de afirmação da identidade³ — Castells visa “(...) propor elementos de uma teoria transcultural exploratória da economia e da sociedade na Era da Informação, no que se refere especificamente ao surgimento de uma nova estrutura social” (p. 61). Neste sentido, estuda a emergência de uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o *informacionalismo*, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX.

Desse modo, apoiado na perspectiva teórica que postula que as sociedades são organizadas em processos estruturados por relações historicamente determinadas de produção, experiência e poder, estabelece uma distinção analítica e uma inter-relação empírica entre modos de produção (escravismo, capitalismo, estatismo) e modos de desenvolvimento (industrialismo, informacionalismo).

No que concerne aos modos de desenvolvimento, estabelece a distinção entre o modo de desenvolvimento industrial e o modo informacional, nos seguintes termos:

No modo de desenvolvimento industrial, a principal fonte de produtividade reside na introdução de novas fontes de energia e na

³ “Por identidade, entendo o processo pelo qual um ator social se reconhece e constrói significado principalmente com base em determinado atributo cultural ou conjuntos de atributos, a ponto de excluir uma referência mais ampla a outras estruturas sociais. Afirmação de identidade não significa, necessariamente incapacidade de relacionar-se com outras identidades (por exemplo, as mulheres ainda se relacionam com os homens), ou abarcar toda a sociedade sob essas identidades (por exemplo o fundamentalismo religioso aspira converter todo mundo). Mas as relações sociais são definidas *vis a vis* as outras, com base nos atributos culturais que especificam a identidade” (Castells, 2003, p.57-58).

capacidade de descentralização do uso de energia ao longo do processo produtivo e de circulação. No novo modo informacional de desenvolvimento, a fonte de produtividade acha-se na tecnologia de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Na verdade, conhecimento e informação são elementos cruciais em todos os modos de desenvolvimento, visto que o processo produtivo sempre se baseia em algum grau de conhecimento e no processamento da informação. Contudo, o que é específico ao modo informacional de desenvolvimento é a ação de conhecimentos sobre os próprios conhecimentos como principal fonte de produtividade. O processamento da informação é focalizado na melhoria da tecnologia de seu processamento como fonte de produtividade, em um círculo virtuoso de interação entre as fontes de conhecimentos tecnológicos e a aplicação da tecnologia para melhorar a geração de conhecimentos e o processamento da informação (p. 51-54, grifos meus).

Em síntese, na visão de Castells, trata-se do surgimento de um novo paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação, o qual está produzindo a emergência de um novo modo de desenvolvimento, cuja fonte de produtividade encontra-se nas novas tecnologias de geração de conhecimentos, de processamento da informação e de comunicação de símbolos. Processo este, cujos efeitos, articulados com o esgotamento e crises no modo de desenvolvimento anterior, redefiniram o paradigma tecnológico e organizativo que estruturou a sociedade industrial moderna até o limiar dos anos de 1970.

No âmbito das relações Estado/mercado, o modo de desenvolvimento industrial esteve fundado no paradigma keynesiano, o qual demonstrou seus limites no início da década de 1970 sob a forma de inflação desenfreada. A partir dessa crise, todo o mundo capitalista avançado caiu numa longa e profunda recessão, combinando, pela primeira vez, baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação (ANDERSON, 1998). A magnitude das crises econômicas e políticas que se desencadearam nas décadas subseqüentes mudaram radicalmente o perfil do discurso em torno da relação Estado/mercado (HOBBSBAWM, 1995).

Governos e empresas, neste contexto, buscaram saídas nas teorias neoliberais. Estas respaldaram amplos processos de reestruturação da referida relação, ao mesmo tempo em que a inovação tecnológica e a transformação organizacional, com enfoque na flexibilidade e adaptabilidade, constituíram os dois eixos que garantiram velocidade e eficiência nos processos de mudanças, os quais conduziram a emergência de um novo paradigma sociotécnico. No eixo das relações Estado/mercado, Castells (p. 55) argumenta que foram realizadas reformas tanto no âmbito das instituições, como no gerenciamento empresarial, visando quatro objetivos principais:

(...) aprofundar a lógica capitalista de busca de lucro nas relações capital/trabalho; aumentar a produtividade do trabalho e do capital; globalizar a produção, circulação e mercados, aproveitando a oportunidade das condições mais vantajosas para a realização de lucros em todos os lugares; e direcionar o apoio estatal para ganhos de produtividade e competitividade das economias nacionais, freqüentemente em detrimento da proteção social e das normas do interesse público.

A resultante desses dois processos combinados — reestruturação das relações Estado/mercado e inovação tecnológica/mudanças organizacionais — produziu a expansão e rejuvenescimento do capitalismo, cujos efeitos tiveram manifestações muito diferentes nas regiões e sociedades de todo o mundo. Desse modo, “(...) embora a reestruturação do capitalismo e a difusão do informacionalismo fossem inseparáveis em escala global, as sociedades agiram/reagiram a esses processos de formas diferentes, conforme a especificidade de sua história, cultura e instituições” (p. 56). Portanto, segundo este argumento, a emergência de um novo modo de desenvolvimento do capitalismo não significa que a diversidade cultural e institucional tenderá à homogeneização, mas que, apesar de suas características predominantes, as formas de expressão cultural/institucional serão específicas em cada cenário nacional/regional, configurando um mundo multicultural e interdependente.

O caráter global desse modo de expansão econômica se especifica, ainda segundo Castells (p.142), por sua “(...) capacidade de funcionar como uma unidade em tempo real, em escala planetária”, o que o diferencia da noção de economia mundial, na acepção de Braudel (1996) e Wallerstein (1974, 2006). Esta segunda noção implica numa economia em que a acumulação de capital avança por todo o mundo, a partir do Ocidente, desde pelos menos o século XVI, buscando continuamente superar limites temporais e espaciais. E, apesar dessa característica, foi somente no final de século XX que a economia mundial tornou-se global via nova infraestrutura propiciada pelas tecnologias da informação e da comunicação, por um lado, e com ajuda decisiva das políticas de desregulamentação e de liberalização postas em prática pelos governos e pelas instituições internacionais, por outro. Castells esclarece, no entanto, que nem tudo é e funciona de modo global na economia contemporânea, pois “(...) a maior parte da produção, do emprego e das empresas é, e continuará, local e regional” (p. 142).

Desse modo, define de forma mais precisa sua concepção de economia global, nos seguintes termos: “(...) uma economia cujos componentes centrais têm a capacidade institucional, organizacional e tecnológica de trabalhar em unidade e em tempo real, ou em tempo escolhido, em escala planetária” (p. 143).

Neste cenário, as empresas multinacionais (EMNs) e suas redes vinculadas de produção constituem o principal vetor de internacionalização da produção e da expansão e diversificação dos investimentos estrangeiros diretos na economia mundial. Elas constituem assim, uma dimensão fundamental do processo de globalização. A lógica que preside seu *modus operandi* se efetua mediante:

(...) redes internas descentralizadas, organizadas em unidades semi-autônomas, segundo os países, os mercados, os métodos e os produtos. Cada uma dessas unidades se liga a outras unidades semi-autônomas de outras multinacionais, na forma de alianças estratégicas *ad hoc*. E cada uma dessas alianças (na verdade redes) é um nó de redes secundárias de pequenas e médias empresas. Essas redes de redes de produção têm uma geografia transnacional, que não é indiferenciada: cada função produtiva encontra local próprio (em termos de recursos,

custos, qualidade e acesso ao mercado) e/ou se liga a uma nova empresa da rede que esteja no local apropriado (CASTELLS, 2003, p.163).

Na medida em que os segmentos dominantes da maioria dos setores de produção (tanto de bens como de serviços) se organizam mundialmente em seus procedimentos operacionais reais por meio da lógica das redes, resulta que tal estrutura está disseminada pelos territórios em todo globo e sua geometria muda constantemente no todo e em cada unidade individual, em razão das configurações que se formam em cada conjuntura. Apesar desses traços predominantes, não se trata de uma economia planetária, pois, conforme afirma Castells,

(...) a economia global não abarca todos os processos econômicos do planeta, não abrange todos os territórios e não inclui todas as atividades das pessoas, embora afete direta ou indiretamente a vida de toda a humanidade. Embora seus efeitos alcancem todo o planeta, sua operação e estruturas reais dizem respeito só a segmentos de estruturas econômicas, países e regiões, proporções que variam conforme a posição particular de um país ou região na divisão internacional do trabalho (p. 173).

Em suma, em termos de tendências históricas, na visão do referido autor, caminhamos para uma configuração em que as funções e os processos sociais dominantes estão cada vez mais organizados em torno de *redes*, caracterizando o que ele denomina de *sociedade em rede*. Embora destaque que a organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base para sua expansão e penetração em toda a estrutura social. Por isso, as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura.

Essa lógica gera uma determinação social em nível mais alto do que a dos interesses sociais específicos expressos por meio das redes: isto é, o poder dos fluxos é mais importante do que os fluxos de poder. Desse modo, a presença ou a ausência na rede e a dinâmica de cada rede em relação às outras são fontes cruciais de dominação e de transformação de nossas sociedades. Castells enfatiza, como conclusão do primeiro volume (p. 565-574), que se trata do começo de uma nova Era, a *Era da Informação*, marcada pela autonomia da cultura *vis à vis* as bases materiais de nossa existência. Porém, esse início não é necessariamente animador...

Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, ao analisar o processo de transformações do mundo contemporâneo, busca vislumbrar possibilidades de crítica ao pensamento pós-moderno por meio do pensamento pós-moderno de oposição. Além de destacar o caráter daquele processo e enumerar as diversas perplexidades e os déficits que caracterizam a transição da sociedade moderna para a pós-moderna, concebe a superação da modernidade ocidental a partir de uma perspectiva pós-colonial e pós-imperial. Neste sentido, no livro *A Gramática do Tempo* (2006), afirma que:

O pós-moderno de oposição se posiciona nas margens ou periferias mais extremas da modernidade ocidental para daí lançar um novo olhar crítico sobre esta. É evidente, contudo, que se coloca do lado de dentro da margem e não do lado de fora. A transição pós-moderna é concebida como um trabalho arqueológico de escavação nas ruínas da modernidade ocidental em busca de elementos ou tradições suprimidas ou marginalizadas, representações particularmente incompletas porque menos colonizadas pelo cânone hegemônico da modernidade que nos possam guiar na construção de novos paradigmas de emancipação social. Entre essas representações ou tradições, identifico, no pilar da regulação, o princípio da comunidade, e no pilar da emancipação, a racionalidade estético-expressiva. É com base nelas que construo a idéia de transição paradigmática. Reconheço que verdadeiramente só há transições pós-factum. Enquanto se transita, o sentido das transformações é ambíguo se não mesmo opaco. No entanto, apesar disso vale a pena falar de transição para salientar a necessidade de experimentação e interpelar o sentido das transformações, por mais fugidio que ele seja. As ruínas geram o impulso da reconstrução e

permitted-nos imaginar reconstruções muito distintas, mesmo se os materiais para elas não são senão as ruínas e a imaginação (p. 33).

Em *A Globalização e as Ciências Sociais* (2002), Santos analisa o fenômeno da globalização demonstrando que se trata de vários processos e não apenas de um movimento linear e consensual. Isto porque

(...) a globalização comporta um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro; e mesmo no interior do campo hegemônico há divisões mais ou menos significativas. No entanto, por todas as suas divisões internas, o campo hegemônico atua na base de um consenso entre os seus mais influentes membros. É esse consenso que não só confere à globalização as suas características dominantes como também legitima estas últimas como as únicas possíveis ou as únicas adequadas (p. 27).

Ressalta ainda que, da mesma forma como ocorreu com conceitos anteriores que buscaram explicar esses processos de mudanças, tais como modernização e desenvolvimento, o conceito de globalização tem uma componente descritiva e outra prescritiva.

Desse modo, a partir do entendimento de que há processos hegemônicos e contra-hegemônicos na configuração das sociedades contemporâneas, Santos (2002) chama a atenção para o que denominou de *sistema mundial em transição* (SMET) para pensar as disjunções e contradições que têm levado à intensificação das hierarquias de poder entre as nações e ao aprofundamento das desigualdades sociais entre elas. Seu enfoque considera que estão em curso mudanças profundas nos padrões institucionais e no sistema de relações que estruturou o *sistema mundial moderno* (SMM), vigente até o final dos anos de 1970, caracterizando uma situação de profundos desequilíbrios e de compromissos voláteis, em que pequenas alterações podem produzir grandes transformações.

As mudanças institucionais e no sistema de relações sociais e culturais do sistema mundial moderno desembocaram em metamorfoses simultâneas nas três constelações de práticas coletivas: a) as interestatais; b) as capitalistas globais; e c) as sociais e culturais transnacionais. Mais precisamente, as mudanças nas práticas interestatais sugerem um novo papel para os Estados no sistema mundial moderno em transição, enquanto protagonistas da divisão internacional do trabalho, no seio do qual se estabelece a hierarquia entre centro, periferia e semiperiferia mundial; as mudanças específicas às práticas dos agentes econômicos alimentam a nítida percepção de que sua nova unidade espaço-temporal de atuação real ou potencial é o planeta; as mudanças correspondentes aos fluxos transfronteiriços de pessoas e de culturas, de informação e de comunicação em âmbito global completam o novo cenário de expansão contínua do capitalismo.

Tais processos são conformados por dois movimentos interdependentes, oriundos, por um lado, das determinações mais gerais das forças hegemônicas do capitalismo e, por outro, das resistências que a elas se opõem. As primeiras referem-se a dois modos de produção complementares e conduzidos de cima para baixo, quais sejam o Globalismo Localizado (GL) e o Localismo Globalizado (LG), enquanto que as segundas constituem-se de processos contra-hegemônicos, articulados de baixo para cima, a partir das práticas cosmopolitas e das lutas pela preservação do Patrimônio Comum da Humanidade.

O processo de globalização conforma, portanto, quatro modos de produção, cujas faces global e local são produzidas no interior dele próprio. Desse modo, da perspectiva hegemônica, determinados processos locais são disseminados para além das fronteiras nacionais e passam a ditar os termos da integração, da competição e da inclusão, como, por exemplo, a atividade mundial das multinacionais, a língua inglesa, o *fast food* etc. Trata-se do Localismo Globalizado, cujos reflexos específicos nas regiões onde é implantado produzem como resposta um modo de produção siamês — o Globalismo Localizado, no qual as condições locais são desestruturadas, desintegradas e reestruturadas sob a forma de inclusão subalterna, de maneira a acomodar artefatos, condições,

entidades ou identidades globais. É o caso da destruição maciça de recursos naturais ou da conversão da agricultura de subsistência em agricultura de exportação, por exemplo.

Ambos os modos de produção se coadunam segundo a mesma lógica, qual seja a da hierarquização específica das práticas interestatais, na qual os países centrais se especializam em LG, enquanto que os países periféricos reproduzem práticas hegemônicas de GL.

Do lado dos processos contra-hegemônicos, Santos chama a atenção para a novidade do sistema mundial em transição, ou seja, as resistências às trocas desiguais entre centro e periferia, nascidas no próprio seio das práticas sociais e culturais transnacionais e, por isso, usuárias dos mesmos instrumentos para fazer repercutir tais resistências nas demais constelações de práticas.

Denomina esse processo de *cosmopolitismo*, o qual consiste em transformar trocas desiguais em trocas de autoridade partilhada e se traduz em lutas contra a exclusão, inclusão subalterna, dependência, desintegração etc. Por meio da utilização das redes de tecnologia de informação e comunicação, promove movimentos de organização da resistência, criando redes de solidariedade transnacional não desigual entre Norte e Sul, articulação entre organizações operárias de trabalhadores de uma mesma multinacional de diferentes países, organizações transnacionais de direitos humanos, redes de movimentos feministas, ambientalistas, indígenas, literários, artísticos, científicos etc, na periferia do sistema mundial, buscando e disseminando valores alternativos, contra hegemônicos à visão dominante. Ex. Manifestações de contestação à OMC, às instituições financeiras e suas reuniões de cúpula, Fórum Social Mundial etc.

Para esse autor, as conexões cosmopolitas progressistas não têm necessariamente uma base de classe, pois que são integradas por grupos sociais de base não-classista, vítimas, por exemplo, de discriminações diversas tais como

étnica, sexual, religiosa, etária etc. Por isso, tais redes nunca podem ser determinadas em abstrato.

A quarta forma de resistência se expressa naquilo que o Direito Internacional chama de Patrimônio Comum da Humanidade. Trata-se das lutas transnacionais pela proteção e desmercantilização de recursos, entidades, artefatos, ambientes etc., considerados essenciais para a sobrevivência digna da humanidade e cuja sustentabilidade só pode ser garantida em escala planetária, como, por exemplo, as lutas ambientais em favor da Amazônia, da Antártida, da biodiversidade e dos fundos marinhos.

Todas essas lutas têm que ser regidas por outras lógicas que não a das trocas desiguais, isto é, de compromissos da comunidade internacional com as gerações presentes e futuras, os quais têm resultado na emergência de uma Sociedade Civil Global atuante.

Apesar das diferenças de perspectiva analítica e interpretativa entre Castells (2003) e Santos (2002), considero que seus pontos de vista distintos auxiliam no entendimento da complexidade que caracteriza o cenário contemporâneo de metamorfoses capitalistas e, por conseguinte, na reconfiguração das estruturas sociais das diversas sociedades em todo o planeta. Além disso, indicam pistas que instigam a pensar que há outras possibilidades que não apenas sucumbir na inexorável tendência hegemônica do movimento do capital. Pensar sobre essas possibilidades é também contribuir com teorias que possam fecundar movimentos sociais e políticos que, disseminando-se por meio do modo de desenvolvimento informacional, tal como pensado por Manoel Castells, impliquem em efeitos pertinentes na dinâmica das relações hegemônicas e contra-hegemônicas, tal como pensado por Santos.

2. Potencialidades observadas na historicidade local

O argumento de Santos tem o mérito de sublinhar a dimensão do *sujeito* e da agência humana que, a despeito da força de processos hegemônicos, é capaz de

explorar as brechas criadas no curso de seu próprio desenvolvimento, mediante mecanismos criados no interior dos mesmos. Em outras palavras, as trocas desiguais entre países centrais e periféricos, provocadas pelo globalismo localizado e pelo localismo globalizado, não conformam modos de produção maciços, suficientemente herméticos e inexoráveis a ponto de preencherem todos os espaços políticos, sociais, econômicos, culturais e ideológicos com práticas unicamente hegemônicas. A exemplo de Marx, Santos também considera que uma determinada forma histórica de produção engendra sua contradição/destruição em seu próprio seio.

Por esta lógica de argumentação, as possibilidades de articulação entre o global e o local não estão definitivamente determinadas/fechadas pelos movimentos hegemônicos da produção e das trocas transnacionais. É necessário incluir a ação dos sujeitos históricos como importante variável desta equação, considerando sua dimensão criativa e sua capacidade de projetar o futuro para além das condições oferecidas pelo passado e pelo presente.

Projetar implica, em certa medida, em considerar o sonho, a utopia como ingredientes indispensáveis para a tarefa de empreender, isto é, de traçar planos a partir de uma ideia (sonho) e, a seguir, ações capazes de transformar o onírico em realidade. Esta ponderação nos remete à tese de Maria Cristina Dadalto (2009) a respeito do processo de modernização deflagrado no município de Colatina, interior do Espírito Santo, desde a colonização italiana, a partir do final de século 19, até a consolidação da feição urbana da cidade como importante pólo industrial capixaba atualmente, como um dos exemplos, entre outros que se pode destacar no espaço local espírito-santense.

A autora nos mostra como, neste processo, a utopia dos primeiros imigrantes de *Fazer a América* — isto é, construir uma vida melhor no novo continente, bem diferente daquela vivida na então miserável Itália — esteve na base de um comportamento coletivo de transformação da realidade, apesar dos gigantescos desafios.

[O mito da Vida Nova, do Fazer a América], (...) de leituras múltiplas e simultâneas, remete-se, na dimensão política, à possibilidade do homem ir à procura de seu destino, ser sujeito e não objeto de opressão, ser proprietário, e ser, sobretudo, sujeito de seus empreendimentos (p. 124-5).

Contudo, o mito enfrentou obstáculos poderosos em seu caminho para a concretização. A política federal de erradicação do café dos anos de 1960 impôs às comunidades italianas fixadas em Colatina — como, de resto, a todos que viviam da produção e comercialização do café — a reinvenção de seu modo de vida. Impulsionadas pela referida utopia e pelas experiências de vida em comunidade, de apoios e solidariedades mútuas, herdadas tanto da Itália como da vida rural no Brasil, os descendentes daqueles imigrantes reagiram de modo diferente da maioria dos trabalhadores rurais que, diante das mudanças impostas às suas estratégias de sobrevivência, se transferiram para grandes centros urbanos em busca de novas e melhores oportunidades de trabalho. Entretanto, nestes espaços tiveram que se submeterem a padrões de convivência já estabelecidos, no mais das vezes, opressores em relação a uma mão de obra excedente e pouco qualificada.

Ao contrário, a terceira e quarta gerações de imigrantes que se transferiram para a cidade de Colatina carregaram consigo o legado do sonho coletivo de construir uma nova vida, juntamente com tradições comunitárias fortemente arraigadas. O fato de Colatina ser uma cidade pequena favoreceu a redefinição das relações sociais no espaço urbano no sentido da inventividade, pois, sem ter que se adequar a padrões de sociabilidade já consolidados, puderam adaptar livremente seu *ethos* comunitário à competitiva ordem capitalista.

Por meio da fundação de pequenas fábricas de móveis e de confecções, dissolveram os laços com o campo e viram na cidade um lugar de legitimação da cidadania, no qual poderiam lançar-se a um novo projeto: construir em Colatina pólos de desenvolvimento coletivo, "... reproduzindo, em outra estrutura produtiva,

o projeto de seus antepassados que vieram para o Brasil para poder produzir em seu próprio pedaço de terra” (p. 126).

A racionalidade deste processo de transformação esteve calcada em uma estratégia de prosperidade em redes familiares e de conhecidos, com a difusão de informações e experiências, garantia de apoio e solidariedade e a busca contínua de ter um negócio próprio. Isso garantiu, sem dúvida, um sentimento de segurança fundamental para os empreendedores, bem como um estímulo à inovação coletiva, em benefício do conjunto da população.

Verifica-se, assim, que esses empreendedores, herdeiros de uma história de valores e de práticas associativas, conseguiram articular passado e futuro com presente. Ao criar suas empresas em rede, formando pólos setoriais específicos, aderiram ao novo projeto então estabelecido na cidade, experimentaram-no como sua área de pertencimento, pensaram-no como valor de uso universal, e, mais, como pólo irradiador de novas experiências de renovação empresarial (p. 127).

Observa-se, desse modo, a pertinência de concebermos a relação global / local não só a partir de processos hegemônicos estruturantes, mas também a partir do devir constituído pela ação humana, dentro de contextos e condições específicos, locais.

Considerações finais

Para enfrentar os desafios do atual estágio de desenvolvimento e, desse modo, questionar o argumento relativo às tendências estruturantes conduzidas pelas forças hegemônicas do capitalismo que levam ao reforço da integração subordinada do Espírito Santo no sistema capitalista, resultando em “mais do mesmo”, precisamos refletir a partir de outros cânones teóricos, admitindo a hipótese de que há outras possibilidades. Mais precisamente, trata-se de realizar uma reflexão que teorize a partir de uma perspectiva crítica e emancipatória. Significa dizer que, no contexto da dinâmica aparentemente homogeneizadora da globalização econômica e cultural, o pensamento assentado na ciência moderna ocidental, que se caracteriza por excelência como forma de afirmação de um

universalismo fundado na necessidade dos “fatos” empiricamente determináveis contra os particularismos das culturas, não dá conta das dinâmicas complexas e contraditórias geradas pelos processos de globalização. Mormente para tratar das condições emergentes das formas de globalização contra-hegemônicas que, reafirmando as diferenças locais e alimentando-se delas, procura transformá-las em novas energias e constelações de práticas emancipatórias.

Buscar outros cânones teóricos nos obriga a compartilhar com Santos (1995), a ideia da reinvenção da teoria crítica, o que pressupõe redefinição dos jogos de linguagem e das formas de vida em que o termo *crítica* adquire sentido. Deste ângulo, a noção de teoria crítica está associada, em primeiro lugar, à descanonização da teoria moderna e ao reconhecimento da sua indispensabilidade para o momento desconstrutivo e para a dinâmica reflexiva que obriga a construção de um projeto emancipatório para a transição paradigmática. Portanto, a ideia de descanonizar a teoria moderna significa, segundo Nunes (2002, p. 328):

(...) não só reconhecer o caráter histórico e contingente das fronteiras que delimitam a teoria dos seus outros discursivos e, por conseguinte as possibilidades de transgredir, diluir ou redefinir essas fronteiras, mas também a centralidade da metáfora e da narrativa na organização do conhecimento sobre o mundo e da transponibilidade das metáforas e narrativas entre contextos e domínios da vida social. Finalmente, descanonizar significa reinventar os modos de articulação entre a dimensão cognitiva, a dimensão estética e a dimensão moral numa política emancipatória, ligada a uma teoria sem as garantias das metanarrativas da modernidade.

Como movimento complementar indispensável à descanonização da teoria, é preciso associar um segundo que é o de reconstrução. Este segundo movimento implica em articular os processos emergentes do momento desconstrutivo, associá-los às dimensões estética e ética, em formas de ação capazes de fundar práticas de resistência aos excessos de regulação, próprios à teoria moderna, e ao mesmo tempo fazer convergir os movimentos sociais que incorporam as

dinâmicas de emancipação com a invenção de formas institucionais capazes de lhes conferir durabilidade sem rigidez, sem a qual não pode ocorrer processos de transformação social. A teoria crítica pós-moderna que emerge desses movimentos caracteriza-se pelo seu poder interrogativo e não pelo seu poder legislativo. Ou seja, não compete à teoria “(...) dizer como deve ou como terá de ser o mundo, mas mostrar como ele pode ser de outra maneira, pôr em relação o que normalmente se separa e separar o que aparece como estando necessariamente ligado” (NUNES, 2002, p. 329).

Desse ponto de vista, a produção teórica que emerge sobre as sociedades e suas dinâmicas sociais, econômicas e culturais é simultaneamente global e local, e decorre da enunciação da diferença cultural e da interação que permite articular continuidades e discontinuidades em novas configurações e formas de conhecimento, de racionalidades e jogos de linguagem / forma de vida. Significa dizer que enunciação e interação são marcadas “(...) pela localização no espaço e no tempo, pela irreversibilidade e pela contingência, e não geram uniformidades ou homogeneizações, mas antes novas diferenças baseadas na tensão entre continuidade e a discontinuidade resultante dos processos situados de articulação e enunciação” (p. 328).

Assim sendo, a teoria que emerge a partir dessa perspectiva é vinculada aos contextos de sua enunciação e a permanente confrontação com novos contextos, de modo interativo. Desse modo, é construída uma nova relação entre o local e o global, entre a singularidade e a generalidade, onde a validade dos seus enunciados é determinada a partir das consequências do seu envolvimento com o mundo.

É, portanto, considerando o poder interrogativo da teoria crítica pós-moderna, seu poder de problematizar e de “sugerir ao olhar” o que os discursos dominantes ocultam ou silenciam, que considero de importância fundamental que se construa espaços para imaginar outros caminhos possíveis.

Creio que tal perspectiva teórica permite refletir sobre a trajetória de desenvolvimento do estado do Espírito Santo e evidenciar nas suas interconexões, simultaneamente global e local, as formas de globalismo localizado e de localismo globalizado presentes em seu espaço; assim como demonstrar a presença de outros modos de ação e resistência, eles próprios híbridos e transgressivos, os quais contêm em si embriões de outras trajetórias possíveis. Estes outros modos de ação de raiz local afirmados por processos contra-hegemônicos de resistências as trocas desiguais entre centro e periferia, nascidas no próprio seio das práticas sociais e culturais transnacionais e, por isso, usuárias dos mesmos instrumentos para fazer repercutir tais resistências nas demais constelações de práticas.

Por outro lado, considerando com Castells (2003) as características do modo de desenvolvimento informacional, cuja emergência não eliminou a diversidade cultural e institucional, é pertinente pensar que, apesar das características predominantes do modo hegemônico, as formas de expressão cultural/institucional serão específicas em cada cenário nacional/regional, configurando um mundo multicultural e interdependente, assentado na lógica da sociedade em redes. Ora, esse modo informacional fundado na lógica das redes de tecnologia de informação e comunicação poderá funcionar não apenas para afirmar as tendências hegemônicas predominantes, mas também para ampliar e difundir movimentos de organização da resistência, criando redes de solidariedade transnacional não desigual entre países na direção Sul > Sul, assim como na direção Norte e Sul. Desse modo, é possível imaginar, de acordo com Santos (2003), redes de articulação entre organizações operárias de trabalhadores de uma mesma multinacional de diferentes países, organizações transnacionais de direitos humanos, redes de movimentos feministas, ambientalistas, indígenas, literários, artísticos, científicos etc., na periferia do sistema mundial, buscando e disseminando valores alternativos, contra-hegemônicos à visão dominante.

Também somos instigados a pensar que, apesar da forma como o global sobredeterminou a trajetória do desenvolvimento do ES, sobretudo a partir de

meados do século XX, redefinindo os rumos e engendrando uma estrutura social marcada pela fragilidade e dependência dos principais atores políticos dos grupos hegemônicos que aqui se instalaram neste período, existem espaços de resistências assim como embriões que podem fecundar novos caminhos. O exemplo do renascimento verificado no município de Colatina a partir dos anos de 1980, quando as tendências hegemônicas haviam desmantelado nas décadas anteriores o modo de desenvolvimento baseado na agricultura familiar, indica que há sim energia transformadora latente que poderá conduzir a outros percursos viáveis.

Mas para que essa ideia não seja apenas um sonho, ou uma miragem inatingível, é preciso que outros discursos teóricos, a partir de outros olhares, sejam construídos e ganhem corpo para que possam entrar nas redes de informação e comunicação e, desse modo, possam contaminar diversos atores e movimentos sociais para que levem adiante essa utopia. Para esta tarefa, a Universidade pode e deve ser o espaço a partir do qual se pode expandir o poder interrogativo da teoria crítica pós-moderna, isto é, seu poder de problematizar e de “sugerir ao olhar” o que os discursos dominantes ocultam ou silenciam, e desse modo contribuir para que outro futuro seja factível, contribuindo, portanto, para que não estejamos fadados a reproduzir mais do mesmo.

Referências

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir, GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-Neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998 [1995], p. 9-23.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII*. 3 vol. Tradução Telma Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BITTENCOURT, Gabriel. *A formação econômica do Espírito Santo (o roteiro da industrialização)*. Rio de Janeiro: Cátedra; Vitória: Departamento Estadual de Cultura, 1987.

_____. *História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura*, v.1. Tradução Roneide Venâncio Majer. 7ª edição revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

DADALTO, Maria Cristina. *A imigração tece a cidade – Pólo Industrial de Colatina*. Vitória: Cultural & Edições Tertúlia, 2009.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. Cia. Das Letras, São Paulo, 1995.

IJSN. Instituto Jones dos Santos Neves. *Indicadores Socioeconômicos do Espírito Santo*. Resenha 96. Distribuição Populacional no Espírito Santo. Resultados do Censo Demográfico de 2010. Disponível em <<http://www.ijsn.es.gov.br/index>>. Acesso, maio de 2010.

NUNES, João Arriscado. *Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização*. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002, p. 301-344.

PEREIRA, André R. V. V. *Mais do mesmo: o reforço da integração subordinada do Espírito Santo no Sistema Capitalista Internacional*. Trabalho apresentado no I Fórum PRE-ALAS UFES: *Modernidade-Colonialidade, Darcy Ribeiro e Desafios do Desenvolvimento no Século 21*. Vitória-ES, 2011.

PEREIRA, Guilherme H. *Política industrial e localização de investimentos: e o caso do Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1998.

ROCHA, Haroldo C. *Formação econômica do Espírito Santo e sua lógica empresarial*. In: VASCONCELLOS, J. G.; DAVEL, Eduardo P. B. (Org.). *Inovações organizacionais e relações de trabalho: ensaios sobre o Espírito Santo*. Vitória: EDUFES, 1988, p. 33-75.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *A Globalização e as Ciências Sociais*. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez, 2006.

WALLERSTEIN, Immanuel. *Impensar a Ciência Social: Os limites dos paradigmas do Século XIX*. Tradução Adail Sobral, Maria Stela Gonçalves. Aparecida, São Paulo: Idéias & letras, 2006.

_____. *The Modern World System*. New York: Academic Press. 1974.

ZORZAL E SILVA, Marta. *Espírito Santo: Estado, interesses e poder*. Vitória: FCAA, SPDC, 1995.

_____. *A Vale do Rio Doce na estratégia do desenvolvimentismo brasileiro*. Vitória: EDUFES, 2004.

_____. *Trajetória político-institucional recente do Espírito Santo*. In: Instituto Jones dos Santos Neves (Org.). *Espírito Santo: instituições, desenvolvimento e inclusão social*. IJSN: Vitória-ES, 2010, p. 29-66.